

## Artigo Científico

# NECROPOLÍTICA E VIDAS PRECARIZADAS: DESDOBRAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A POLÍTICA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BRUSQUE (SC)

**Andre Alonso Marques<sup>1</sup>**

**Andre Luiz Thieme<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Programa de Pós Graduação em Psicologia / Florianópolis – Santa Catarina/ Brasil

<sup>2</sup>Centro Universitário de Brusque (UNIFEB) / Brusque – Santa Catarina/ Brasil

## Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo desdobrar criticamente a análise dos resultados dos dados colhidos em pesquisa anterior cujo foco foi compreender as dificuldades enfrentadas por Pessoas em Situação de Rua (PSR) na cidade de Brusque/SC. A partir da articulação dos conceitos de necropolítica e de vidas precárias, discute-se os mecanismos de invisibilização que essa população está submetida pela gestão pública da cidade. Conclui-se que a violência vivida por essas pessoas não é acidental ou desvinculada das políticas públicas, mas sim parte de uma lógica estrutural que produz subjetividades descartáveis e modos de existência marcados pela invisibilidade e abandono.

**Palavras-chave:** Pessoa em situação de rua. Necropolítica. Políticas Públicas.

## **Necropolitics and precarious lives: critical reflections on policies for people experiencing homelessness in Brusque, Santa Catarina, Brazil**

This study aims to critically expand the analysis of results derived from data collected in a previous investigation focused on understanding the difficulties experienced by people experiencing homelessness (PEH) in the city of Brusque, Santa Catarina, Brazil. Drawing on the concepts of necropolitics and precarious lives, the study discusses the processes of social invisibilization to which this population is subjected through municipal governance practices. The findings indicate that the violence experienced by PEH is not incidental or detached from public policy, but rather embedded in a structural logic that produces disposable subjectivities and psychosocial modes of existence marked by invisibility, marginalization, and abandonment.

**Keywords:** People Experiencing Homelessness. Necropolitics. Public Policy.

## **Necropolítica y vidas precarizadas: reflexiones críticas sobre las políticas para personas en situación de calle en Brusque, Santa Catarina, Brasil**

Este estudio tiene como objetivo ampliar críticamente el análisis de los resultados derivados de datos recolectados en una investigación previa centrada en comprender las dificultades experimentadas por las personas en situación de calle (PEH) en la ciudad de Brusque, Santa Catarina, Brasil. Basándose en los conceptos de necropolítica y vidas precarias, el estudio discute los procesos de invisibilización social a los que esta población es sometida a través de prácticas de gobernanza municipal. Los hallazgos indican que la violencia experimentada por las PEH no es incidental ni está desvinculada de las políticas públicas, sino que se encuentra inserta en una lógica estructural que produce subjetividades desechables y modos de existencia psicosocial marcados por la invisibilidad, la marginación y el abandono.

**Palabras clave:** Personas en situación de calle. Necropolítica. Políticas Públicas.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20526799>

ISSN: 2359-6252

Editor-chefe: Vinicius de Souza Moreira

Editora-adjunta: Letícia Lima Milani Rodrigues

Artigo submetido em 13 de abril de 2026 e aceito para publicação em 07 de maio de 2026



## 1 INTRODUÇÃO

O presente manuscrito trata-se da continuidade do estudo iniciado em pesquisa anterior, cujo foco foi compreender as dificuldades enfrentadas por Pessoas em Situação de Rua (PSR) para acessar o serviço público na cidade de Brusque/SC (Marques; Thieme, 2025). Com base nos dados já coletados, esta nova etapa tem como principal objetivo aprofundar a análise teórica dos resultados alicerçado aos autores que problematizam os dispositivos de exclusão e extermínio operados pelo Estado. A experiência de habitar as ruas em Brusque, SC, é perpassada por uma violência estrutural e institucional que se manifesta tanto no abandono quanto na gestão ativa da exclusão. O problema central que motiva este estudo é a profunda dificuldade enfrentada pelas PSR no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e assistência social. Em pesquisa anterior (Marques; Thime, 2025), apontam-se barreiras como a exigência de documentação original, entraves burocráticos desproporcionais, a obrigatoriedade de um endereço fixo e o tratamento desrespeitoso por parte de agentes públicos criam um cenário de exclusão sutil e recorrente, mesmo quando o serviço é formalmente acessível. Inserido no campo das ciências sociais e da psicologia política, este problema é analisado sob a lente teórica da Necropolítica de Achille Mbembe (2018) e das Vidas Precárias de Judith Butler (2019).

A discussão avança da biopolítica foucaultiana para o conceito de necropolítica (Mbembe, 2018), compreendido como o poder soberano de ditar quem pode viver e quem deve morrer, transformando populações marginalizadas em "mortos-vivos" destituídos de estatuto político. Articula-se a isso a perspectiva de Butler (2019) sobre a distribuição desigual do luto, na qual certas vidas são consideradas "não enlutáveis" e situadas fora dos esquemas de reconhecimento social, tornando sua vulnerabilidade um alvo para a gestão da morte e do abandono operada pelo Estado.

Embora a literatura e estudos precedentes (Marques; Thieme, 2025) tenham mapeado o perfil sociodemográfico e as dificuldades empíricas dessa população em Brusque, observa-se um limite analítico nas abordagens puramente descritivas ou estatísticas. O presente trabalho busca superar esse limite ao propor uma breve análise teórico-conceitual crítica, argumentando que as dificuldades de acesso não são meras "falhas sociais" ou omissões burocráticas, mas sim mecanismos ativos de um estado de exceção que naturaliza a desumanização.

Dessa forma, este estudo destina-se a gestores públicos, profissionais das áreas de saúde e assistência social, e demais acadêmicos comprometidos com os direitos humanos. Sua relevância reside na urgência de subsidiar a reformulação de políticas públicas que rompam com o viés higienista e burocrático, promovendo práticas de reumanização e acolhimento pautadas na escuta real das necessidades dessa população. Ao dar voz àqueles que habitam as margens, o artigo busca problematizar o modo de condução dessa política pública, pois defende-se uma ética do cuidado que reconheça a interdependência e a dignidade inalienável de cada sujeito frente à lógica da morte.

Para enfrentar essa problemática, o texto estrutura-se em um percurso que entrelaça a experiência empírica à discussão teórica. A jornada inicia-se pela retomada dos resultados da pesquisa anterior (Marques; Thieme, 2025), que fornece o substrato factual sobre as barreiras e trajetórias de vulnerabilidade em Brusque. A partir desses achados, o texto desdobra-se para a fundamentação teórica, em que são convocados os conceitos de necropolítica de Achille Mbembe (2018) e vidas precárias de Judith Butler (2019) para conferir inteligibilidade política ao sofrimento observado.

Com essa lente crítica estabelecida, detalham-se os procedimentos metodológicos de caráter qualitativo e reflexivo, que justificam o deslocamento do dado estatístico para a interpretação da problemática. Esse movimento culmina na discussão dos resultados, onde a teoria e a prática colidem para denunciar a lógica higienista local e o uso do estado de exceção no cotidiano das ruas. Por fim, as considerações finais não apenas sintetizam o debate, mas propõem um horizonte ético para a construção de políticas públicas que reconheçam a vulnerabilidade como uma potência de resistência e reumanização.

## 2 PARA ALÉM DE UMA PESQUISA SOBRE DADOS: A RETOMADA DOS RESULTADOS DA PESQUISA ANTERIOR

Os dados da pesquisa anterior (Marques; Thieme, 2025) foram coletados a partir de entrevista com 10 pessoas em situação de rua do município de Brusque. Em relação ao gênero, 7 pessoas se identificaram como homens (70%) e 3 como mulheres (30%). Quanto à cidade de origem, observou-se diversidade regional: 3 entrevistados (30%) eram naturais do próprio município de Brusque; 4 (40%) vieram da região Oeste de Santa Catarina; 1 (10%) de Florianópolis; 1 (10%) de Joinville; e 1 (10%) de Lages. O tempo de vivência em situação de rua variou entre 2 anos e mais de 15 anos, evidenciando trajetórias prolongadas de vulnerabilidade social.

Sobre o acesso aos serviços públicos, a maioria dos participantes (8 entrevistados, ou 80%) relatou utilizar os serviços do posto de saúde ou policlínica do Sistema único de Saúde (SUS). Já o acesso ao Centro POP e à Assistência Social da Prefeitura foi mencionado por 4 entrevistados (40%). No que diz respeito às dificuldades de acesso a serviços, 4 pessoas (40%) relataram enfrentar barreiras, enquanto 6 (60%) afirmaram não enfrentar dificuldades significativas.

Entre as dificuldades específicas mencionadas, destacam-se a ausência de documentação, burocracia e tratamento desrespeitoso no Centro POP, medo de roubo dos pertences no albergue, e a exigência de endereço fixo para acesso a determinados serviços. Entre os entrevistados, alguns relataram buscar atendimento no Centro POP, na Policlínica, nos postos de saúde e na Assistência Social da Prefeitura, apenas em situações emergenciais, como ferimentos graves, adoecimentos ou necessidade de resolver questões documentais. Outros, no entanto, declararam não utilizar os serviços públicos, seja por receio de fornecer informações pessoais, seja por descrença quanto à eficácia do atendimento.

Embora a maioria tenha relatado não encontrar barreiras formais no momento da busca, parte significativa dos participantes expôs dificuldades relacionadas ao tratamento desrespeitoso, à burocracia excessiva, à exigência de documentação e endereço fixo, e ao medo de ter seus pertences roubados nos espaços institucionais, como albergues vinculados ao Centro POP. Quanto ao histórico de trabalho, 2 entrevistados relataram ter trabalhado em condições análogas à escravidão, enquanto 4 já tiveram empregos formais. Em relação à dependência de substâncias, 3 entrevistados relataram uso de álcool e outros 3 declararam uso contínuo de álcool de cozinha, indicando uma situação de consumo extremo e perigoso. Do ponto de vista da saúde física e mental, 2 pessoas relataram ter sido feridas com faca, necessitando de atendimento médico, e 1 entrevistado informou possuir diagnóstico de depressão. As relações familiares permanecem ativas para 2 entrevistados, enquanto 1 relatou ter entregado seus filhos para adoção. Por fim, observou-se que 3 entrevistados possuíam animais de estimação, indicando vínculos afetivos significativos mesmo nas condições adversas da rua (Marques; Thieme, 2025).

Além disso, na pesquisa anterior, foi possível observar diferentes experiências de acesso (ou falta de acesso) aos serviços públicos. Esses elementos evidenciam a existência de mecanismos institucionais que, mesmo sem barrar explicitamente o acesso, acabam produzindo exclusões sutis e recorrentes, dificultando o exercício pleno de direitos por parte dessa população. Foi possível identificar que, mesmo quando o atendimento é formalmente acessível, a maneira como os serviços públicos são organizados, com exigências normativas que desconsideram a precariedade das condições de vida nas ruas, acaba por reforçar a lógica de responsabilização individual e deslegitimação da demanda das pessoas em situação de rua.

Esse cenário aponta para formas de violência institucional que operam não apenas na negativa do atendimento, mas também na forma como ele é oferecido, marcado muitas vezes por estigmas, constrangimentos e vigilância moral. A violência institucional é caracterizada pelas ações ou omissões de órgãos e agentes públicos que deveriam ser responsáveis pela proteção e cuidado dos cidadãos, manifestando-se por meio de normas, diretrizes burocráticas e relações políticas que acabam por reproduzir desigualdades sociais. No contexto dos serviços de saúde, essa forma de violência pode ocorrer de maneira silenciosa e naturalizada, expressando-se tanto na negligência e negação de atendimento quanto em condutas de maus-tratos, como tratamento rude, agressões

verbais, ameaças e a falta de alívio da dor (Oliveira; Furtado; Andreazza, 2022).

Deste modo, a partir de uma abordagem qualitativa e teórico-reflexiva, busca-se tensionar os sentidos atribuídos às políticas públicas voltadas à população em situação de rua, compreendendo como determinados discursos, práticas e estruturas produzem exclusões sistemáticas sob a aparência de inclusão. Ao focar nas experiências de acesso e nos obstáculos vivenciados, pretende-se tensionar os limites concretos da proteção social.

Diferentemente da pesquisa anterior, que utilizou entrevistas e observações diretas, o presente trabalho propõe uma análise teórico-conceitual crítica dos dados já produzidos, buscando aprofundar a reflexão sobre as múltiplas formas de violência, exclusão e negligência enfrentadas por essa população. Com base em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, que conforme defendido por Creswell (2007), compreende-se a importância de explorar fenômenos sociais de maneira contextualizada, permitindo interpretações mais profundas sobre as experiências humanas, nesta etapa, o foco desloca-se da coleta de dados empíricos para a interpretação e a problematização dos sentidos construídos a partir dos achados anteriores, sob uma perspectiva crítica e fundamentada teoricamente.

### 3 VIDAS PRECÁRIAS GESTADAS POR UMA NECROPOLÍTICA

As pessoas em situação de rua, frequentemente são alvos de ataques morais e de sensacionalismo político eleitoral. Não raramente é possível encontrar políticos (prefeitos, vereadores, deputados) abordando este tema como um problema de ordem da segurança pública. Comumente, este tipo de abordagem está associado ao mito da meritocracia. Na cidade de Brusque/SC, (onde os dados da pesquisa anterior aqui mencionada) quase em todos os semáforos da região central existe uma placa com a frase “*Não dê esmola, ajude a criar oportunidades*”. Essas placas, ficam em regiões onde pessoas em vulnerabilidade social pedem dinheiro, comida e/ou ajuda de qualquer ordem. Dessa forma, é declarado institucionalmente, politicamente, e subjetivamente o posicionamento da gestão pública em relação as essas pessoas e as pessoas em situação de rua, ou como será abordado a seguir, de vidas precárias.

Os pesquisadores (Sial Neto; Santos, 2021) escrevem que o conceito central de precariedade em Butler (2019) está intrinsecamente relacionado à noção de reconhecimento, e a precariedade se manifesta de duas maneiras, sendo elas a precariedade como a vulnerabilidade humana comum e a precariedade como vulnerabilidade política. A vulnerabilidade humana comum refere-se à dependência fundamental de outrem (inclusive de pessoas anônimas) como sustentáculo da própria vida, o que implica uma exposição inevitável à possibilidade de violência e perda. Já a vulnerabilidade política (Vidas Precárias) refere-se às vidas que estão fora dos esquemas de reconhecimento.

Essas são as vidas cujas mortes, não são choradas, não são enlutáveis, ou seja, são vidas precárias. Dessa forma, existe uma distribuição desigual do luto que define quais sujeitos são ou devem ser enlutados. A proposta central da teórica é a de uma ética do reconhecimento, que se baseia na adoção da condição de vulnerabilidade e agressão como pilares da vida política, e que concebe como essencial a precariedade do Outro (Butler, 2019). O objetivo é confrontar a distribuição desigual do estatuto de “pessoa” e entender em que condições uma vida é tida como merecedora de cuidado e proteção. Neste sentido, o conceito de vidas precárias da autora (Butler, 2019) aponta a forma com que a gestão pública, imbuída de uma ideologia política neoliberal compreende a vida dessas pessoas.

A forma com que se governa, as escolhas políticas, o programa de governo e as políticas públicas revelam uma arquitetura construída sob alicerces muito bem pensados. Neste sentido, o conceito de necropolítica se faz pertinente para que seja explicitada uma governança que de uma forma ou de outra faz suas escolhas. A Necropolítica é entendida como um conceito intercessor que promove uma reflexão crítica sobre os diagramas de força. Ela representa um deslocamento das análises centradas na Biopolítica de Foucault (que aborda o controle e gestão da vida e da população) para as políticas da morte (Mbembe, 2018).

Os pontos centrais do conceito são a soberania em sua forma extrema, a instrumentalização da existência e o racismo como motor. A necropolítica pode ser compreendida como uma modalidade de soberania que se expressa no poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. No que se

refere à instrumentalização da existência, seu projeto central consiste na objetificação generalizada da vida humana, implicando a destruição material de corpos e populações. Esses modos de controle têm no racismo um elemento estruturante, funcionando, em grande medida, como uma tecnologia que viabiliza o exercício do biopoder ao regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (Pereira, 2019).

Em suma, a Necropolítica oferece um potencial analítico para compreender os fenômenos contemporâneos onde a violência e a morte são geridas ativamente pelo poder como estratégia prioritária, especialmente em contextos marcados pela colonialidade (Pereira, 2019). Neste sentido, a articulação das noções de vidas precárias e necropolítica, ajudam a problematizar como a exclusão e a morte são mecanismos ativos do poder, e não meras falhas sociais, culminando em uma exigência ética de reconhecimento e interdependência. Assim, aponta-se a perspectiva butleriana da distribuição desigual do valor da vida e do luto.

As pessoas em situação de rua representam o extremo daquelas vidas que estão fora dos esquemas de reconhecimento que Butler (2019) demarca. Elas são o produto de operações de poder que selecionam quais corpos importam e quais estão relegados ao espaço do depreciável e do abjeto, vivendo na esfera do irrepresentável e inabitável. Assim, aponta-se a violência pois a despersonalização e a ausência de reconhecimento caracterizam uma desconsideração radical à vida. A morte dessas pessoas não é apreendida pela capacidade de sentir luto da sociedade, pois há um fracasso em conceber tais vidas como vidas vivíveis. Neste sentido do conceito de luto de Butler (2019) a morte de um indivíduo em situação de rua é, frequentemente, uma morte sem nome e sem rosto que forma um histórico melancólico do mundo social.

Embora a vulnerabilidade primária (a exposição à violência e a dependência de outrem) seja uma condição humana comum, o que está em jogo na condição de rua é a distribuição desigual dessa vulnerabilidade e a exposição ao perigo. O poder (biopolítico) explora ao máximo essa vulnerabilidade até o ponto em que o indivíduo perde seu estatuto de inteligibilidade, não sendo mais apreendido como vida (Butler, 2019). Neste sentido, essa exclusão das pessoas em situação de rua não é passiva, mas sim uma gestão ativa da morte instrumentalizada pelo Estado (ou por suas forças subsidiárias) que visa eliminar o inimigo ficcional (Mbembe, 2018).

Nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível na população em situação de rua, operando nos chamados "*apartheids* urbanos" (Dameda; Bicalho; Pedro, 2022). A soberania, nesse contexto, expressa-se no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer, não apenas controlando a vida (biopolítica) mas gerenciando ativamente a morte, ou seja, operando uma necropolítica.

A condição de rua, tal como o escravizado no sistema de *plantation* (que serviu como um dos primeiros exemplos de experimentação biopolítica), é marcada pela tripla perda do estatuto político, do lar e do direito sobre o corpo, convertendo o indivíduo em um "morto-vivo". A marginalização extrema em que vivem os indivíduos em situação de rua configura-se como um estado de exceção. O soberano exerce o poder à margem da lei, onde o direito e as garantias judiciais são suspensos automaticamente. Como no caso dos "detentos" de Guantánamo, a desumanização é alcançada através de dispositivos que evitam o reconhecimento de direitos, tornando o excepcional em norma naturalizada (Lima, 2018).

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da perspectiva da pesquisa qualitativa, conforme defendido por Creswell (2007), compreende-se a importância de explorar fenômenos sociais de maneira contextualizada, permitindo interpretações mais profundas sobre as experiências humanas. Nesta etapa, o foco desloca-se da coleta de dados empíricos para a interpretação e a problematização dos sentidos construídos a partir dos achados anteriores, sob uma perspectiva crítica e fundamentada teoricamente.

Ao retomar os dados da pesquisa anterior (Marques; Thieme, 2025) de modo a tensionar as questões explicitadas, busca-se analisar as condições de vida das pessoas em situação de rua e as respostas institucionais relatadas a partir dos conceitos de necropolítica e de vidas precárias. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter teórico-reflexivo, que busca tensionar os modos como a

sociedade e o Estado lidam com as existências que escapam à norma e à cidadania plena. Essa abordagem qualitativa, centrada na problematização dos dados já produzidos, permite ampliar o escopo da análise, considerando os atravessamentos de raça, gênero e classe que estruturam a experiência da população em situação de rua.

Dessa forma, a pesquisa contribui para a produção de conhecimento crítico sobre as formas de gestão e invisibilização dessas vidas no espaço urbano, sem recorrer à coleta de novos dados empíricos, mas valorizando a potência analítica dos registros anteriores. A pesquisa está em consonância com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução CNS 510/2016, uma vez que trabalha exclusivamente com dados já autorizados e anonimizados, oriundos da pesquisa anterior aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o código CAAE 64435022.6.0000.5636.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1 A Lógica Higienista e de Necropolítica Para as Vidas Precárias das Pessoas em Situação de Rua de Brusque

Os relatos apresentados no estudo anterior (Marques; Thieme, 2025) revelam um panorama preocupante das condições de vida e das interações com os serviços públicos das pessoas em situação de rua na cidade de Brusque, SC. As histórias evidenciam não apenas as circunstâncias que levaram essas pessoas a viverem nas ruas, mas também as barreiras e dificuldades enfrentadas no acesso aos serviços de saúde, assistência social e outros recursos fundamentais. Um ponto comum entre os entrevistados é a percepção de que os serviços públicos, muitas vezes, não atendem plenamente às suas necessidades. A burocracia, o tratamento desumanizante e a exigência de documentação e residência fixa são obstáculos significativos que impedem ou dificultam o acesso a cuidados e recursos essenciais. Em especial, a exigência de dados pessoais como condição para acessar serviços básicos cria uma barreira intransponível para muitos, que optam por não se submeter a esse processo, perpetuando sua condição de exclusão.

Outro aspecto importante é o sentimento de desrespeito e desvalorização expressado por vários entrevistados, que sentem que são tratados como números ou casos burocráticos, em vez de serem vistos como indivíduos com histórias, necessidades e direitos. Isso reflete uma falha no sistema que deveria estar orientado para acolher e apoiar essas pessoas, mas que muitas vezes reforça a exclusão e a marginalização. As trajetórias dos participantes mostram que muitos já passaram por diversas formas de exploração e violência, seja no trabalho, seja nas interações com autoridades. Esse histórico de vulnerabilidade aumenta ainda mais a necessidade de um atendimento público sensível e eficaz, que vá além das respostas formais e burocráticas, oferecendo apoio real e humanizado (Marques; Thieme, 2025).

Quando se analisa a forma com que a gestão pública trata as questões em relação as pessoas em situação de rua na cidade de Brusque, o conceito de Necropolítica funciona como a materialização e a execução do veredito emitido pelos esquemas de reconhecimento de Butler (2019). A valoração social e abjeção são apontadas quando Butler (2019) se pergunta como alguns corpos estão relegados ao espaço do depreciável e do abjeto dentro dos limites da inteligibilidade. Essa matriz de inteligibilidade, moldada pelas normas, permite que alguns humanos sejam codificados como tal e outros não. A Necropolítica, por sua vez, opera onde essa inteligibilidade falha, instrumentalizando a existência desses corpos.

Neste sentido, a desrealização e o extermínio ocorrem quando a vida é tida como "ininteligível", ela não pode ser concebida como vida, o que anula a capacidade de comoção geral. Mbembe (2018) descreve que, nesse cenário distópico, a violência contra o "Outro" renova-se porque a desrealização do Outro significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente espectral (Pereira, 2019). A necropolítica, portanto, transforma a vida "não enlutável" de Butler (2019) em um objeto que pode ser assassinado *ad infinitum*.

Nessa perspectiva o Estado de Exceção e a Exploração da Vulnerabilidade surgem como um dispositivo que a necropolítica se utiliza para explorar ao máximo a vulnerabilidade primária do sujeito, destituindo-o de seu estatuto jurídico e humano. Assim, Butler (2019) postula que a

vulnerabilidade primária (a exposição ao risco e a dependência de outrem) faz parte da vida física e é algo comum. No entanto, a necropolítica, especialmente em cenários como a guerra ou a ocupação, explora ao máximo essa vulnerabilidade, transformando a condição humana fundamental em um fardo letal. Dessa forma, o poder necropolítico opera em zonas de exceção (como os campos de concentração ou, analogamente, os contextos coloniais) onde as garantias de ordem judicial são suspensas automaticamente. Isso gera o estatuto "indefinido" (como o dos detentos de Guantánamo), onde a proteção da lei é indefinidamente adiada. Essa é a condição extrema da vida precária no sentido político, pois o sujeito perde seu estatuto político e de "pessoa". A articulação mais aguda destes conceitos reside no fato de que o poder soberano necropolítico, através de seus dispositivos de exclusão regidos pela gestão política, protege e vilipendia vidas de forma discriminada, operando à margem da lei (extrajudicialmente) e tornando o excepcional em norma naturalizada (Lima, 2018).

Na cidade de Brusque/ SC, a exploração da vulnerabilidade das vidas precárias é explicitada na gestão municipal. O prefeito da cidade faz vídeos das abordagens realizadas com pessoas em situação de rua. As notícias vinculadas na imprensa da Câmara municipal de Brusque, SC (2025) e nas redes sociais após cada abordagem, são sempre em tom de êxito de um bom trabalho. As abordagens são feitas de forma higienista, buscando retirar essas pessoas da rua e encaminhar para outro lugar. Comumente, nas notícias são relatadas pessoas que foram encaminhadas para desintoxicação química em comunidade terapêutica. Além disso, é vinculado na mídia local "ND Mais" (2025) a redução das pessoas em situação de rua, como um êxito da prefeitura, o que reforça ainda mais o estigma e o preconceito frente a essa população. Até a presente elaboração dessa pesquisa, não existe na cidade uma política pública voltada a saúde pública ou a assistência social que seja diferente das abordagens veiculadas pelo prefeito, em que são relatados encaminhamentos (Prefeitura de Brusque, 2026). Ou seja, teoricamente em uma lógica higienista. Busca-se limpar a cidade, encaminhar e retirar essas pessoas da rua.

A este respeito, Butler (2019) lança mão do luto como conceito político, pois ele é a ferramenta que expõe o mecanismo que Mbembe (2018) descreve, impulsionando a ação política contra a violência do descarte. Butler (2019) afirma que o luto possui uma característica delatora, ajudando a lançar luz sobre a distribuição desigual de valores sobre a vida, desvendando os mecanismos normativos que regulam o valor das vidas. Em contextos em que a necropolítica se manifesta, a violência produz medo e luto. Nesse cenário, coloca-se em questão quais dessas vidas, encaminhadas pelo prefeito da cidade, são consideradas passíveis de luto e quais delas sequer dispõem do direito de escolha de ir e vir, de permanecer na cidade ou de se deslocar para outro lugar. Nos vídeos e nas notícias veiculadas pelo prefeito, observa-se a presença constante da polícia militar, o que suscita questionamentos acerca da necessidade e dos efeitos dessa atuação.

Neste sentido, contudo, Butler (2019) questiona se a vulnerabilidade precisa necessariamente levar a uma experiência militar de vingança. Ela insiste que o luto, ao invés de ser um afeto privado e despolitizante, pode se revelar público, oferecendo um impulso para proteger os outros da violência. A ética do reconhecimento de Butler (2019), que exige a adoção da vulnerabilidade como pilar da vida política, fornece a base moral para a luta que Mbembe (2018) propõe. Essa luta tem como finalidade produzir a vida e acolher o lamento e o grito daqueles que foram destituídos e condenados à abjeção, opondo-se à lógica necropolítica que multiplica a morte sem simbolismo. Assim, a Necropolítica é o diagrama de poder que instrumentaliza a vulnerabilidade, valendo-se da suspensão da lei para expurgar vidas que já foram classificadas como "não enlutáveis" pelos esquemas de reconhecimento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS PENSADAS PARA ESSA POPULAÇÃO

Diante dos dados obtidos, já na pesquisa anterior ficava clara a necessidade urgente de uma reformulação das políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua. Contudo, neste estudo, nota-se que é imprescindível que essas políticas sejam desenhadas e implementadas com base em uma compreensão profunda das realidades vividas por essa população, garantindo que os serviços oferecidos sejam acessíveis, acolhedores e eficazes, em consonância com diretrizes já estabelecidas pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009a). Nesse sentido, a Lei

Orgânica da Assistência Social (Brasil, 1993) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009b) constituem importantes marcos normativos que orientam a organização e a oferta de serviços, como o Centro POP e o acolhimento institucional, ainda que demandem ampliação e fortalecimento em sua implementação. A criação de políticas que assegurem o respeito à dignidade humana, a eliminação de barreiras burocráticas desnecessárias e a adoção de abordagens mais integradas e humanizadas mostram-se fundamentais para promover a inclusão social dessas pessoas, articulando-se também com estratégias da área da saúde, como o Consultório na Rua (Brasil, 2011), no âmbito da atenção básica. Ademais, políticas urbanas e habitacionais, ancoradas no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) e em programas como o Minha Casa Minha Vida (Brasil, 2009c), precisam ser tensionadas e ampliadas para contemplar de forma mais efetiva as especificidades dessa população. Além disso, é necessário um treinamento contínuo dos profissionais que atuam na linha de frente, garantindo que estejam preparados para lidar com essa população de forma respeitosa e eficaz.

Este estudo destacou a importância de se ouvir as vozes daqueles que vivem nas ruas, entendendo suas necessidades e respeitando suas escolhas e histórias, para que essas pessoas sejam mais do que notícias eleitoreiras de uma gestão higienista. Somente assim será possível desenvolver políticas públicas que realmente façam a diferença na vida dessas pessoas, promovendo sua inclusão social e garantindo seus direitos básicos como cidadãos.

Neste sentido, a análise proposta se fundamentou nos conceitos abordados de necropolítica (Mbembe, 2018) e vidas precárias (Butler, 2019) para problematizar que a violência vivida por essas pessoas pode não ser acidental ou desvinculada das políticas públicas, mas sim parte de uma lógica estrutural que produz subjetividades descartáveis e modos de existência marcados pela invisibilidade e abandono. Buscamos, nessa e na pesquisa anterior (Marques; Thime, 2025) apontar desdobramentos dessa política de morte na constituição dos sujeitos, buscando escutar, a partir de uma perspectiva crítica e ética, os problemas enfrentados por essas pessoas. Assim, pretende-se contribuir para a produção de conhecimento comprometido com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades que marcam a vida de quem habita as margens das cidades.

A articulação dos conceitos de vulnerabilidade, não-reconhecimento (Butler, 2019) e gestão da morte (Mbembe, 2018) deve levar a uma prática política que vise à reumanização e à resistência. O trabalho da crítica é essencial para devolver o humano onde não esperamos encontrá-lo, especialmente nas condições de fragilidade extrema. A crítica deve se opor às condições em que certas vidas humanas são mais vulneráveis do que outras.

O debate político deve reconhecer a vulnerabilidade como resistência. O sujeito vulnerável não é meramente passivo; é no interior dos códigos de poder que se pode ensaiar uma esfera de liberdade e subversão. A dor e a perda (luto), geralmente vistas como privadas, devem ser entendidas como públicas, oferecendo um impulso para proteger os outros da violência. O luto desvela os mecanismos normativos que regulam o valor das vidas, e a mobilização política deve surgir do reconhecimento dessa relacionalidade e interdependência fundamental. A luta contra a necropolítica, em última instância, tem a finalidade de produzir a vida, derrubar hierarquias e, crucialmente, acolher o lamento e o grito daqueles que foram destituídos e condenados à abjeção pelo poder.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2009a. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_cnas\\_n109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf). Acesso em 24 abr. 2026

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2009b. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em 24 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jul. 2009c. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm). Acesso em 24 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.HTM). Acesso em 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jan. 2011. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122\\_25\\_01\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html). Acesso em 24 abr. 2026.

BUTLER, Judith. **Vidas precárias**: os poderes

do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE.

**Pessoas em situação de rua**: Câmara de Brusque debaterá estratégias de enfrentamento ao problema no município. Brusque: Câmara Municipal de Brusque, 10 jun. 2025. Disponível em:

<https://www.camarabrusque.sc.gov.br/impremsa/noticias/0/1/2025/8622>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAMEDA, Cristiane; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Corpos criminalizados e mortos: um olhar sob a Psicologia Social Jurídica. In: SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho et al. (org.). **Psicologia social jurídica**: articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil. 1. ed. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2022. e-book (PDF). Disponível em: <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro-Psicologia-Social-Juridica-2022.pdf>. Acesso em 24 abr. 2026.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. esp., p. 20-33, 2018.

Disponível em:

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000400003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003). Acesso em: 02. Jul. 2025.

MARQUES, Andre Alonso; THIEME, Andre Luiz. Uma análise a partir da necropolítica das dificuldades encontradas por pessoas em situação de rua para acessar o serviço público em Brusque. **Revista de Direitos Humanos do LACEDH**. v.3, n.1, p. 216-231, 2025. Disponível em:

<https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/DireitosHumanos/article/view/1079>. Acesso em: 12.set. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

ND MAIS. **Brusque reduz população em**

situação de rua em 62% com ações sociais. ND

Mais, 16 jul. 2025. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/video/brusque-reduz-populacao-em-situacao-de-rua-em-62-com-acoes-sociais/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

OLIVEIRA, João André Santos de; FURTADO, Lumena Almeida Castro; ANDREAZZA, Rosemarie. (In)visibilidades das violências na produção do cuidado com as pessoas em situação de rua. **Interface** (Botucatu), v. 26, e220264, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NVH47Kj8qtDkFq54yTmHhfm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 abr 2026.

PEREIRA, Juliana Martins. MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. [Resenha]. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 367-371, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CkxcntW87JwfkN8PbMJMNcH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 abr. 2026.

PREFEITURA DE BRUSQUE. **Prefeitura de Brusque realiza ação integrada de abordagem social em pontos vulneráveis da cidade.** Brusque: Prefeitura de Brusque, 21 jan. 2026. Disponível em: <https://www.brusque.sc.gov.br/cidadao/noticia/prefeitura-de-brusque-realiza-acao-integrada-de-abordagem-social-em-pontos-vulneraveis-da-cidade>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SIAL NETO, Albérico Araújo; SANTOS, Reginaldo Clecio dos. Os sentidos da precariedade na obra Vida Precária de Judith Butler. **Pólemos**. v.10, n. 21, p. 243-263, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/pl.v10i21.38646>. Acesso em 12 ago. 2025.

## Sobre os autores

**Andre Luiz Thieme**    
[andremarquespsico@gmail.com](mailto:andremarquespsico@gmail.com)

Psicólogo, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina na área 2- Psicologia Social e Cultura, linha 4- Psicanálise Política e Cultura. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque.

**Andre Alonso Marques**    
[andrethieme@unifebe.edu.br](mailto:andrethieme@unifebe.edu.br)

Professor no curso de Psicologia no Centro Universitário de Brusque. Doutor (2020) em Psicologia e Mestre (2012) em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFSC.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa recebeu financiamento do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) do Governo de Santa Catarina.